

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	2
Título: Brilho mais fraco	2
Título: Notas	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	3
Título: União pode ter de rever projeto de compra de energia.....	3
Título: Encaminhado	4
Título: Gigante chinesa negocia parceria com CSN.....	4
Título: Lucro da Raízen sobe e supera R\$ 1 bilhão.....	5
VEÍCULO: Valor Econômico.....	6
Título: Governo estuda reduzir restrições à mineração em zonas de fronteira	6
Título: Órgão impõe mais rigor na segurança de barragens.....	8
Título: Destaques	9
Título: Curtas	10
Título: Migração da União vai acelerar expansão do mercado livre.....	10
Título: Delta Energia prevê outro ano forte para comercializadoras.....	12
Título: Brasil será destaque em fusões neste ano, diz PwC	13
Título: CSN busca associação com chineses na Transnordestina.....	14
Título: Produção da Petrobras cai 3% em janeiro	17
Título: Usiminas vê em Ipatinga força para se reerguer	17
Título: Município cresce, mas ainda depende de serviços ligados à usina	20

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Brilho mais fraco**

Após o boom de novos consumidores no mercado livre de energia em 2016, a migração começa a dar sinais de desaceleração, segundo a CCEE (câmara do setor).

Em janeiro, o número de pedidos de adesão foi metade do total de um ano atrás e um terço do mês anterior.

Mesmo sem os dados de fevereiro, o órgão nota um arrefecimento das adesões, afirma Roberto Castro, da CCEE.

A queda do ritmo era esperada, devido ao desempenho atípico em 2016, mas a alta de preços pode ter acelerado o processo, segundo o presidente da Ecom, Paulo Toledo.

O preço médio foi de R\$ 150 por megawatt hora, em janeiro de 2016, para R\$ 200 neste ano, diz o presidente da Comerc, Christopher Vlavianos.

O valor, porém, poderá oscilar. "As chuvas estão abaixo do esperado, mas é preciso esperar o fim dos meses úmidos para definir uma tendência", avalia Toledo.

Em 2016, a migração garantiu a alta de receita das comercializadoras, mesmo com o menor consumo industrial.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Notas**

Diesel... O setor de biodiesel saiu da reunião do RenovaBio (programa do governo para biocombustíveis), na quarta (15), otimista com a possibilidade de que seja antecipada a alta da porcentagem de biodiesel no combustível.

...verde Pela regra atual, a taxa de 8% passa a valer em março deste ano, a de 9%, em 2018 e a de 10%, em 2019. A indústria pede que o aumento de 9% ocorra já em 2017.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: União pode ter de rever projeto de compra de energia**

A ideia do governo de comprar energia no mercado livre e economizar 20% em gastos com a conta de luz pode não se concretizar. O assunto causou mal-estar, pois essa energia é subsidiada e o Ministério de Minas e Energia (MME) deve rever esse tipo de benefício este ano, o que pode retirar a atratividade do ambiente livre. Já as distribuidoras de energia avaliam que a compra de energia nesse mercado é uma forma de elisão fiscal.

Ao fazer o anúncio na semana passada, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, surpreendeu o MME. Ele não consultou o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, sobre o assunto, segundo apurou o Estado. Procurado, o Planejamento não respondeu até a publicação da reportagem.

Uma das razões que explica a potencial economia anunciada por Oliveira é o fato de os clientes do mercado livre não pagarem a parcela referente ao empréstimo bilionário às distribuidoras de energia. Arquitetado pelo próprio governo em 2014, para evitar um tarifaço em pleno ano eleitoral, o financiamento começou a ser pago em 2015 e onera a conta de luz até 2020.

Para uma fonte do MME, seria, no mínimo, deselegante que o governo deixasse de pagar uma conta que ele mesmo criou, até porque esse benefício não está disponível para todos. Por terem um consumo muito baixo, os consumidores residenciais não podem migrar para o ambiente livre. A fonte avalia que é preciso corrigir as distorções do mercado livre antes que o governo pense em comprar energia nesse ambiente. Essa energia recebe um desconto de 50% nas taxas de uso do sistema, um dos subsídios que torna o preço no mercado livre mais barato.

Esse é um dos benefícios que vão passar por reavaliação do governo e podem não ser mantido a partir do ano que vem. Neste ano, a conta de subsídios paga pelo consumidor e repassada a diversos grupos de interesse vai atingir R\$ 13,904 bilhões.

Elisão fiscal. O Estado teve acesso a uma carta enviada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) ao ministro Oliveira. No documento, com data de terça-feira, a entidade manifesta preocupação com os planos do governo e afirma que a migração para o mercado livre pode representar elisão fiscal - ou seja, planejamento tributário que visa a pagar menos impostos.

A elisão fiscal aconteceria porque o valor médio da energia ofertada pelas distribuidoras e pelas comercializadoras do mercado livre é o mesmo e gira em torno

de R\$ 160 por MWh. Mas, de acordo com a carta, as concessionárias adicionam, na conta final, R\$ 40 por MWh para pagar o empréstimo aos bancos.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia, Reginaldo Medeiros, o governo tem o direito de gerir seu consumo e comprar energia no mercado livre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Encaminhado

A BR Distribuidora diz que é preciso levar em consideração o fato de a transição envolver 10 milhões de cadastros. Garante ainda que a normalização do serviço está em andamento e que, em consideração ao problema, os pontos de janeiro não vão expirar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: André Borges e Mônica Scaramuzzo

Título: Gigante chinesa negocia parceria com CSN

Infraestrutura. A estatal CCCC e a companhia de Benjamin Steinbruch estão em estágio inicial de negociações para acordo em projeto de ferrovia; em paralelo a essas discussões, governo federal já procura saídas para tocar a obra sozinho, de acordo com fontes

A CSN, de Benjamin Steinbruch, deu início a conversas com a chinesa China Communications Construction Company (CCCC), maior estatal de infraestrutura da China, para vender uma parte ou mesmo toda sua participação na Transnordestina, apurou o "Estado". As conversas entre as duas companhias ainda estão no início, mas reacendeu uma discussão em Brasília, que busca uma alternativa urgente para dar prosseguimento às obras, inclusive sem a participação de Steinbruch, dizem fontes a par do assunto.

Apesar do esforço do governo em sinalizar que a sociedade da estatal Valec com a CSN seguirá adiante, o fato é que as possibilidades de a empresa de Steinbruch seguir no negócio são mínimas. A relação entre os sócios já acumula anos de desgaste, mas a pá de cal foi dada com a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que no mês passado determinou a paralisação de repasse financeiro para o projeto, até que se resolva uma série de irregularidades graves que pairam sobre a obra.

A Transnordestina - ferrovia projetada para ligar o Porto de Pecém, no Ceará, ao Porto de Suape, em Pernambuco, passando pelo Piauí - está orçada em R\$ 11,2 bilhões, dos quais R\$ 6 bilhões já foram aportados, boa parte com dinheiro público.

Na tarde de ontem, uma comitiva liderada pelo ministro dos Transportes, Maurício Quintella, foi ao gabinete do ministro do TCU, Walton Alencar Rodrigues, relator do processo no tribunal, para discutir uma saída que destrave as obras. A reunião teve ainda a presença de representantes dos governos de Pernambuco, Ceará e Piauí, além do presidente interino da Valec, Mario Modolfo.

O Estado apurou que o governo está até disposto a tocar a obra sozinho. O problema é viabilizar isso. Um imbróglcio societário dificulta os planos porque a Valec é sócia da CSN na Transnordestina Logística SA (TLSA), ou seja, a Valec não atua como empresa pública, mas como parte de uma concessionária que é alvo dos questionamentos do TCU.

Chinesa de olho. A CCCC esteve em Brasília para falar do interesse na Transnordestina e em outros projetos de infraestrutura. A companhia mantém conversas com Steinbruch há alguns meses. A ofensiva chinesa, no entanto, não empolga tanto o governo. A CCCC não trouxe nenhuma sinalização concreta de que como deve entrar na sociedade. Em novembro, a gigante asiática comprou 80% da Concremat e está em negociações avançadas para tocar o projeto de porto intermodal da WTorre, no Maranhão. Em recente conversa ao Estado, a WTorre não quis comentar o assunto.

Com dívida líquida de R\$ 23,4 bilhões no terceiro trimestre, a CSN decidiu colocar, há alguns meses, ativos não estratégicos à venda. Até agora, porém, só se desfez de ativos menores.

Procurada, a CSN não comentou. A CCCC não retornou os pedidos de entrevista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Lucro da Raízen sobe e supera R\$ 1 bilhão

A Raízen, joint venture entre Cosan e Shell, registrou lucro líquido atribuível a acionistas controladores de R\$ 1,03 bilhão no terceiro trimestre da safra 2016/17, encerrado em 31 de dezembro. O montante é 8,4% maior na comparação com os R\$ 949,7 milhões de um ano antes e leva em conta o resultado combinado da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado da companhia atingiu R\$ 1,55 bilhão, 20,3% menos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Marcos de Moura e Souza****Título: Governo estuda reduzir restrições à mineração em zonas de fronteira**

O governo federal planeja rever as restrições à atividade de mineração em zonas de fronteira. A ideia é que a mudança atraia mais investimentos no setor e aumente a produção mineral no país. A novidade fará parte do pacote de anúncios que autoridades brasileiras levarão a investidores estrangeiros durante evento global de mineração que ocorre em março no Canadá.

De acordo com o Conselho de Defesa Nacional, órgão ligado à Presidência da República, quase 27% do território está incluído na faixa denominada zona de fronteira. É uma faixa que tem largura de até 150 km e que se estende por 15.719 km em 11 Estados. Uma lei de 1979 impõe uma série de restrições de atividades nessa área, incluindo a mineração.

O governo, no entanto, se movimenta para mudar isso. O presidente do Serviço Geológico do Brasil (ainda identificado por sua antiga sigla, CPRM), Eduardo Ledsham, afirmou ao Valor que o órgão já foi encarregado de iniciar pesquisas na faixa fronteira com o intuito de, num segundo momento, municiar com informações empresas interessadas em investir nessas áreas.

"Nossa obrigação é aumentar o conhecimento que se tem sobre os recursos minerais. Este ano vamos dar prioridade a algumas atividades nessas áreas até que, paralelamente, deslanche o fim dessa restrição ao investidor nas zonas de fronteira", disse durante evento com técnicos da CPRM em Nova Lima (MG). A CPRM é uma empresa pública de pesquisas de recursos minerais vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

Ledsham, que atuou por 29 anos na Vale e que assumiu a CPRM há seis meses, cita como exemplo de área com potencial minerador a região conhecida como Cabeça do Cachorro, no extremo norte do Estado do Amazonas. "É um ambiente polimetálico com nióbio, cobre, tântalo, ouro. Mas hoje tem a restrição na mineração em zona de fronteira."

A assessoria do ministro informou que a atual gestão é favorável à abertura do território fronteiriço para a mineração. O argumento central é que impedimentos como esse atrapalham a atração de investimentos num momento em que o país precisa de injeção de novos recursos.

A assessoria afirmou ainda que o ministério é contrário ao que chama de "empecilhos" à atividade de mineração e que trabalha em algumas medidas para dar

novo impulso no setor. Uma delas é a que trata das fronteiras. A assessoria disse que esse é um dos temas que estão no radar do ministério. Hoje, segundo dados da pasta, a mineração movimenta o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e a pretensão é que suba para 6%.

A Lei 6.334, sobre a faixa de fronteira, que foi sancionada em 1979, veda, entre outros pontos, a alienação de terras públicas, a compra de terras por estrangeiros, a instalação de empresas de comunicação que explorem sinais de rádio e TV e a atividade de "pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil".

Para obter exceção a essas proibições, o texto diz que só com licença prévia do Conselho de Segurança Nacional. Em relação à mineração, há uma restrição adicional: mineradoras que obtenham autorização precisam ter pelo menos 51% de capital nacional, pelo menos dois terços de mão de obra brasileira e maioria de brasileiros na administração ou gerência.

Ledsham argumenta que essas restrições fronteiriças já foram abolidas em alguns países. E afirma que uma abertura pode até ser encarada hoje algo em favor da segurança nacional. "Na medida em que se coloca um processo produtivo organizado nas fronteiras você consegue até colocar barreiras nos problemas que existem, como passagem de droga, de arma, processos de invasão de garimpos", diz ele.

O foco, no entanto, é o fomento da mineração e o momento parece oportuno, aponta Ledsham. "Já existem sinais de recuperação das commodities metálicas. O mercado da mineração está mudando e é a hora certa para nós apresentarmos uma agenda positiva", disse.

Dessa agenda, também em nível ministerial, faz parte a abertura de outra área ainda inexplorada pela mineração. Trata-se da liberação para empresas entrarem na Reserva Nacional do Cobre (Renca), localizada entre o Amapá e o Pará. É uma área criada por decreto em 1994 e pertencente à CPRM. E é tida como a região da Amazônia com maior potencial mineral ainda intocado com ocorrências de ferro, manganês, ouro e tântalo.

A assessoria do ministério e Ledsham não detalharam como o governo pretende rever as restrições sobre zonas de fronteira e sobre a Renca. Mas os dois temas serão tratados na convenção anual da Prospectors and Developers Association (PDAC), que ocorre no início de março em Toronto. É um evento global do setor mineral.

Na apresentação que preparou para o evento, a CPRM lista as principais medidas prometidas para mineração no Brasil. Entre elas, cita "condições mais flexíveis para mineração em regiões de fronteira" e "a revogação do decreto que criou a Renca". Há também menção ao plano do Departamento Nacional de Produção Mineral

(DNPM) de disponibilizar 22 mil áreas pelo país. A possibilidade de mineração em terras indígenas não está na pauta do governo, segundo Ledsham, por ser um tema mais complexo e sensível.

Ele afirmou já ter encontros pré-agendados com investidores interessados em conhecer mais detalhes sobre outra iniciativa. Os leilões de áreas ricas em recursos minerais, programados para ocorrer no segundo semestre, segundo ele, e que foram incluídos em 2016 no programa de abertura ao capital privado elaborado pelo governo, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). As áreas da CPRM que irão a leilão ficam em Pernambuco (onde há um depósito de fosfato), Tocantins (cobre, zinco, chumbo, cádmio e prata), Rio Grande do Sul (carvão) e Goiás (cobre).

Ledsham acredita que, antes dos leilões, o governo já terá conseguido destravar o novo marco regulatório da mineração, que parou no Congresso. O governo aposta em fatiar o projeto para facilitar sua aprovação. "Com certeza, até lá já deverá ter tido uma solução para isso. Para o sucesso dos leilões, a gente tem que ter essa estabilidade."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Francisco Góes

Título: Órgão impõe mais rigor na segurança de barragens

As novas regras sobre segurança de barragens de mineração colocadas em audiência pública pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) devem tornar mais rigorosa e ampla a gestão dessas unidades, usadas para depósito de rejeitos e sedimentos. A revisão de duas portarias do DNPM sobre o tema (416/2012 e 526/2013) foi impulsionada pelo desastre com a barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana (MG), em novembro de 2015, que resultou na morte de 19 pessoas e causou um dos maiores desastres ambientais do país.

A avaliação de especialistas é que as propostas almejam restabelecer a confiança no setor mediante rigorosa gestão de riscos e buscam garantir à sociedade civil maior controle das barragens existentes e de novas barragens depois do caso Mariana. "As portarias têm postura mais restritiva como resposta ao acidente da Samarco", disse Marcello Lima, do escritório Lima & Feigelson Advogados. O escritório foi consultado por cliente para avaliar as propostas de minutas das portarias do DNPM.

Na visão de Lima, as portarias "levantam a barra" das exigências de segurança, tornando mais cara e difícil a gestão de barragens de mineração. Lima reconhece que não havia outro caminho depois do acidente de Mariana, e considera que o importante, para que as regras não sejam inócuas, é que o DNPM tenha estrutura

para fazer a análise da documentação que será encaminhada pelas empresas a partir da implementação das novas regras previstas nas portarias.

Outra tendência, segundo ele, é que a médio e longo prazo as empresas mudem o conceito dos projetos, eliminando as barragens a montante (de áreas populacionais), que impõem grandes dificuldades de serem licenciadas. Ele disse que há clientes do escritório substituindo barragens por mecanismos de filtragem em novos projetos de mineração. No Brasil, existem 449 barragens de mineração inseridas na Política Nacional de Seguranças de Barragens (PNSB). Desse total, 220 estão em Minas Gerais, o Estado com maior número de unidades; 66, no Pará; e 41 em Mato Grosso, os três primeiros.

As duas portarias ficam em audiência pública até 3 de março, quando se encerra o período de envio de sugestões. Uma das novidades é o desenvolvimento do sistema integrado de segurança de barragens (SIGBM). Trata-se de mecanismo de controle que está sendo desenvolvido pelo DNPM. Eriberto Leite, especialista em recursos minerais do DNPM, disse que estão previstos controles na entrega e análise das declarações de estabilidade das barragens. Pela lei 12.334, de 2010, que estabeleceu a PNSB, a segurança das unidades cabe ao empreendedor.

O SIGBM tem funções para auxiliar no planejamento e realização das campanhas fiscalizatórias como um ranking de prioridades de estruturas a serem vistoriadas; a emissão automática de autos, ofícios e multas quando da ocorrência de notificações e penalidades e possibilidade de uso de celular com internet para fazer carregamento de informações e imagens. Outras medidas previstas nas portarias são a elaboração de cenários de inundação, previsão de maior interação das empresas com a sociedade sobre as ações em caso de emergência e redução nos prazos da revisão periódica de segurança da barragem nos casos de contínuo alteamento, entre outras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Raízen vende menos

A Raízen Energia, maior companhia sucroalcooleira do país, reduziu suas vendas de açúcar e etanol no terceiro trimestre da safra 2016/17 e elevou seus estoques. Foram vendidas 1,049 milhão de toneladas de açúcar, queda de 17%, enquanto as vendas de etanol caíram 5,6%, para 980 milhões de litros. Isso resultou em uma receita líquida de vendas 13% menor, de R\$ 1,4 bilhão. Já os estoques de produtos no fim do trimestre foram avaliados em R\$ 2,376 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Engie vende ativos

A Engie Brasil contratou o Morgan Stanley para identificar potenciais compradores para seus ativos de geração de energia a carvão, que somam cerca de 1.200 megawatts (MW) de potência instalada. A operação está em linha com a estratégia de redução na emissão de carbono da Engie no mundo. Os dois ativos à venda são o complexo termelétrico Jorge Lacerda, com 857 MW, localizado em Capivari de Baixo (SC), e a termelétrica Pampa Sul, ainda em construção em Candiota, no Rio Grande do Sul. A usina de Candiota, que terá 340 MW, tem início de operação previsto para o fim de 2018. Segundo a Engie, no terceiro trimestre do ano passado, a obra tinha progresso de 40%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito e Camila Maia**Título:** Migração da União vai acelerar expansão do mercado livre

A migração do governo federal para o mercado livre de energia pode transferir para esse ambiente de negócios um volume da ordem de 500 megawatts (MW) médios, o equivalente a algo entre 0,7% e 1% do consumo total de energia do país, de acordo com estimativas de comercializadoras. O montante tem potencial para ampliar a participação do mercado livre para 27,7% do total do país, contra a média atual de 26,8%, a partir de dados do consumo do Brasil em 2016.

Na última semana, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, informou que, com a migração, o governo prevê uma redução de 20% das despesas com energia, atualmente de R\$ 2,2 bilhões. A ideia é iniciar este ano a migração das unidades localizadas no Distrito Federal e expandir para o restante do país ao longo do próximo ano.

De acordo com o presidente da comercializadora Comerc, Cristopher Vlavianos, o consumo da União é "uma carga enorme". Embora o governo federal não seja intensivo no uso de energia, ele tem o perfil de consumo semelhante ao de shopping centers e hotéis, cujos principais itens de uso de energia são iluminação, ar condicionado e elevadores.

"Ainda não está muito claro como será a migração. Nada impede que o governo prepare um mega leilão e faça uma única compra, e depois diga para onde será destinada a energia, dividindo entre os pontos de conexão", afirmou o presidente executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros.

Procurado, o Ministério do Planejamento não se manifestou até o fechamento desta edição.

Outro ponto importante, devido ao histórico de atraso nos pagamentos por parte do poder público em geral, é que o governo federal terá de ser pontual com suas despesas no mercado livre. Isso porque os consumidores inadimplentes estão sujeitos ao desligamento do mercado livre pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

"O grande fator que tem de ser tratado para que esta iniciativa tenha sucesso será oferecer garantias eficazes de que os compromissos serão pagos pontualmente", afirmou Paulo Mayon, diretor da Compass.

De forma geral, porém, as comercializadoras entendem que a migração da União evidencia a credibilidade do mercado livre, além de ser um incentivo para uma abertura maior desse ambiente de contratação, para contemplar consumidores de menor porte, hoje limitados ao mercado cativo, das distribuidoras.

"O governo aposta que o mercado livre é uma realidade e abre uma porta para que seja olhada de maneira positiva uma eventual expansão do mercado", disse Paulo Toledo, diretor da Ecom Energia.

Para Walfrido Avila, diretor da Tradener, primeira comercializadora do país, o governo poderia ter planejado a migração para o mercado livre há mais tempo, para reduzir custos. "De qualquer forma, a decisão mostra que o próprio governo vê a maturidade do mercado livre", afirmou.

Lucas Rodrigues, analista de mercado da Safira, concorda com a visão de Avila. "A atratividade da migração para o mercado livre este ano não é tão vantajosa como era há dois anos, mas ainda há economia", explicou.

A migração da União também pode ajudar a destravar financiamentos a empreendimentos de geração destinados exclusivamente ao mercado livre, destacou Reinaldo Ribas, gerente de gestão de clientes do grupo Delta Energia. "Essa é uma grande barreira hoje".

Se as comercializadoras estão comemorando a medida, as distribuidoras estão tensas. A CEB, distribuidora que atende a capital federal, informou ao Valor que "está avaliando o impacto que, no tempo, essa eventual migração gerará no faturamento

da companhia". A companhia, porém, destacou que não perderá toda a receita decorrente dessa migração, porque, a União continuará pagando pelo uso da infraestrutura do serviço de energia, o "aluguel do fio", como se diz no jargão do setor elétrico.

Já o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, classificou como "preocupante" a migração do governo federal. Segundo ele, a saída da União do mercado cativo terá um efeito de aumento na conta dos consumidores das distribuidoras. O executivo lembrou que são esses consumidores que pagarão os empréstimos firmados pela CCEE e destinados às distribuidoras em 2014, no valor de R\$ 11,2 bilhões.

"A migração nos preocupa porque ele [governo] deixaria de pagar o empréstimo feito em 2014. Mas essa discussão ainda é muito embrionária", afirmou Leite. <

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Delta Energia prevê outro ano forte para comercializadoras

A migração de consumidores especiais para o mercado livre deve ser mantida em 2017, mas o ritmo vai depender do preço da energia, disse Reinaldo Ribas, gerente de gestão de clientes do grupo Delta Energia.

A comercializadora realizou a migração de 580 consumidores em 2016, sendo 520 enquadrados na categoria de consumidores especiais - com consumo de 0,5 megawatt (MW) a 3 MW e obrigação de comprar energia de fontes incentivadas.

O número total ficou ligeiramente abaixo do estimado pela Delta, que planejava migrar 600 consumidores no ano passado. A economia média dos consumidores, porém, superou as expectativas. Os clientes conseguiram reduzir os custos com energia elétrica em 30% a 35%, ante a previsão de uma economia de 20% a 25%.

Para 2017, a expectativa da Delta Energia é de continuar crescendo, migrando 600 novas unidades consumidoras.

O desempenho do mercado livre depende da atratividade oferecida pelos preços. "Esse ano, vamos dizer, esfriou um pouco", afirmou Ribas. Em maio, entrarão em vigor novos parâmetros de risco do cálculo do preço de energia à vista (PLD), o que deve exercer uma pressão de alta. "Também por entrarmos no período seco em maio, esse mês deve ter uma reação de alta no preço", disse Ribas. Até abril, porém, os preços devem permanecer no patamar de R\$ 120 por megawatt-hora (MWh), segundo ele.

"O mercado livre sempre tende a ser uma melhor opção no longo prazo", disse Ribas. Segundo ele, o forte ritmo de crescimento visto no ano passado foi "algo extraordinário", mas as migrações devem ser mantidas, embora em ritmo talvez menor.

A procura deve continuar concentrada na energia incentivada, pelos consumidores especiais. Segundo a Delta Energia, ainda há cerca de 500 MW médios de energia incentivada disponível, sendo que o consumo médio dos novos clientes é de 0,3 MW médios. Com isso, há uma capacidade de migração de cerca de 1.600 consumidores.

Em 2016, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) registrou 2.303 adesões de consumidores ao mercado livre. O número foi 25 vezes superior ao registrado em 2015, quando 93 pedidos foram aprovados. Do número total, 91%, ou 2.102 empresas, eram consumidores especiais. No fim do ano, ainda havia mais de mil processos de migração em aberto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Brasil será destaque em fusões neste ano, diz PwC

As operações de fusões e aquisições nos segmentos de energia elétrica somaram US\$ 293 bilhões em 2016, montante recorde e 47% superior ao registrado em 2015, de acordo com um levantamento da PricewaterhouseCoopers (PwC).

Para 2017, a expectativa é de continuação do crescimento. Segundo Arthur Ramos, sócio da PwC Brasil especialista no setor de energia, o Brasil deve ter destaque nesse cenário, com a conclusão da compra bilionária da CPFL pela chinesa State Grid, além de outras operações esperadas, como a privatização das distribuidoras da Eletrobras.

"Temos um terreno fértil para transações", disse Ramos. Ao mesmo tempo em que há muitos investidores com situação financeira confortável para comprar ativos, o mercado brasileiro no setor elétrico enfrenta diversos problemas.

A redução da demanda por energia é outro problema que pressiona algumas empresas do setor elétrico no país. "A demanda vai voltar, mas ao longo do tempo. Quem estava no meio do caminho de projetos, com balanço mais fraco e dificuldade de financiamentos, acaba sofrendo. Ao mesmo tempo, há muitos investidores interessados e com caixa, que olham oportunidades", disse Ramos. Segundo ele, o cenário é mais favorável para investidores internacionais.

Outra questão no país que incentiva operações de fusões e aquisições envolve problemas das empresas que quebraram ou entraram em recuperação judicial. "Esses

problemas que atrasam tudo precisam ser resolvidos. O ambiente é propício para transações porque todo mundo está interessado em resolver esses imbróglis."

De acordo com Ramos, há muitos ativos à venda no setor elétrico brasileiro e uma consolidação "é algo provável", liderada por aquelas companhias mais bem estruturadas.

No relatório global da PwC, das operações de fusões e aquisições de 2016, US\$ 148,7 bilhões foram na área de energia, que inclui ativos de transmissão, distribuição e geração convencional. O montante representou alta de 77% ante 2015. Na área de ativos de gás, foram US\$ 106 bilhões, ganho de 77,3%. Na área de energia renovável, foram US\$ 38 bilhões, queda de 31,3%.

A América do Norte liderou as operações, com 57% do total do volume financeiro negociado. A região da Ásia Pacífico ficou em segundo, com 18%, seguida pela Europa, com 17%. O grupo composto por América Latina, Oriente Médio e África somou apenas 8% do total.

"A perspectiva é de que o volume de transações vai continuar crescendo. Evidentemente, nos Estados Unidos há uma expectativa de que o [Donald] Trump vai levar adiante um processo no setor de óleo e gás, carvão também", disse.

Segundo Ramos, o Brasil acabou não tendo destaque no relatório de 2016 pois as maiores operações do setor elétrico não foram concluídas naquele ano. A compra da CPFL, por exemplo, só foi concretizada em janeiro.

O grande número de oportunidades de investimentos no país, combinado à expectativa de retomada da economia, deve resultar num elevado volume de transações neste ano. "Saímos de um patamar baixo na economia no ano passado, e infraestrutura é uma das saídas para retomar investimentos. Precisamos colocar alguns negócios nos eixos, isso deve levar a novas transações, um ambiente forte para 'deals'", disse.

Mesmo as incertezas políticas não devem afetar essa expectativa. Para Ramos, o investidor olha mais os fundamentos econômicos do que a situação política de curto prazo. Como o setor elétrico oferece contratos com bons retornos e fundamentos, "acho que fica tranquilo garantir os investimentos", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner e Fernanda Pires

Título: CSN busca associação com chineses na Transnordestina

Pressionada pelo governo a achar um sócio para a sua concessionária de ferrovia Transnordestina, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), do empresário Benjamin Steinbruch, deve retomar tratativas com os chineses da China Communications Construction Company (CCCC).

Já houve ao menos duas reuniões entre as partes no passado recente para discutir uma participação dos asiáticos na ferrovia, mas sem resultado prático. Estiveram sobre a mesa tanto a venda de uma fatia acionária como o controle do empreendimento, que já consumiu mais de R\$ 6 bilhões e tem 52% das obras executadas.

Em reunião na semana passada, no Palácio do Planalto, o governo foi informado pela CSN sobre o andamento das negociações. As conversas começaram em 2016, mas vinham sendo mantidas em caráter reservado. Até agora, no entanto, não foi possível firmar um memorando de entendimento (MDA), como era o desejo de Steinbruch.

Segundo relatos levados ao Planalto, o interesse da CCCC não se restringiria ao fornecimento de trilhos e material rodante (locomotivas e vagões) à Transnordestina Logística. A construtora asiática também estaria disposta a pôr recursos próprios no projeto, que entrou na mira do governo e pode ter sua concessão cassada.

Eduardo Centola, sócio do Banco Modal, assessor financeiro da CCCC no Brasil, disse ao Valor que a Transnordestina "é de grande interesse da CCCC", mas destacou que "não existe nenhuma negociação no momento".

Maior conglomerado chinês no segmento de infraestrutura, a CCCC desembarcou no Brasil ao assumir participação no terminal portuário multicargas da WTorre que está sendo erguido em São Luís (MA). Em dezembro, o grupo fechou a compra de 80% da empresa brasileira de projetos Concremat Engenharia, desembolsando R\$ 350 milhões.

Na avaliação do governo, ainda são necessários pelo menos R\$ 3 bilhões para concluir as obras da ferrovia, que deveriam ter sido entregues em 2010 e agora não têm perspectiva de ficar prontas antes de 2020. A estatal Valec detém 41% de participação acionária na Transnordestina.

Por enquanto, todas as possibilidades estão abertas: troca do controle societário, retomada da concessão para que seja relicitada ou novos aportes de recursos públicos e da CSN para o término das obras. O objetivo é encontrar uma saída definitiva para a novela até o fim do primeiro semestre.

Enquanto isso, a fim de evitar a interrupção dos trabalhos nos canteiros, houve um acordo provisório entre as partes. A TLSA, concessionária da Transnordestina, prometeu injetar R\$ 133,5 milhões. O orçamento da Valec para a ferrovia, neste ano, tem o mesmo valor e será liberado imediatamente. Também houve compromisso do

governo de ressarcir a TLSA por obras já feitas com R\$ 300 milhões de financiamento do Finor - R\$ 150 milhões já foram repassados em janeiro. Tudo somado, chega-se a R\$ 567 milhões.

A troca de controle societário passou a ser vista como a grande alternativa dentro do governo - mas encontra resistência de Steinbruch em abrir mão da ferrovia, onde a CSN já injetou boa soma de dinheiro. Outra, que tem apoio entre técnicos e respaldo de alguns ministros, é a retomada da concessão. Os procedimentos para isso, porém, não são nada fáceis. A declaração de caducidade pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) tem trâmite lento e pode levar anos até o esgotamento de todos os recursos administrativos e judiciais.

Uma janela para a devolução "amigável" do projeto foi aberta com a MP 752, medida provisória publicada em novembro, que ainda tramita no Congresso Nacional. Ela permite a entrega da concessão com problemas financeiros, para que seja relicitada, mediante o pagamento das indenizações. Para a CSN, também se trata de um caminho ainda desconhecido e com muitos riscos.

A última alternativa, de continuar a obra com financiamento público, enfrenta resistência no Planalto. Nessa equação, o governo teria que entrar com mais R\$ 1,4 bilhão e a TLSA colocaria outros R\$ 1,8 bilhão. Na avaliação oficial, não está claro que a companhia tem recursos suficientes para bancar esse investimento sem um sócio na empreitada.

A CSN pretende fazer um novo estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental da Transnordestina para diminuir o risco de a conta subir ainda mais. Uma das dificuldades de encontrar novos parceiros para o projeto é a taxa interna de retorno (TIR) da ferrovia, de 6,75% ao ano, que ficou defasada para as atuais circunstâncias macroeconômicas.

Com 1.728 km e uma das estrelas do antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Transnordestina tem dois trechos planejados: um de Eliseu Martins (PI) ao porto de Suape (PE) e outro de Salgueiro (PE) ao porto de Pecém, que fica no litoral cearense.

O governo busca demonstrar esforço para a ferrovia ir em frente. Ontem, em São Paulo, Maurício Quintella, ministro dos Transportes, disse que os quase R\$ 600 milhões estão disponíveis para retomada das obras. O projeto, há anos, enfrenta uma série de problemas e chegou a ser embargado pela Justiça e teve irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o ministro, a TLSA precisa fazer revisão do projeto, estipular o valor total da obra e obter validações de ANTT e TCU.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rafael Rosas****Título: Produção da Petrobras cai 3% em janeiro**

A Petrobras produziu no mês passado, no Brasil, 2,23 milhões de barris de petróleo por dia, um volume 3% menor que a produção de dezembro. Em comunicado enviado ao mercado, a estatal explicou que essa queda foi causada, principalmente, pela parada programada na plataforma P-40, no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, e à manutenção em um dos poços produtores interligados ao FPSO Cidade de Anchieta, no Parque das Baleias, também na Bacia de Campos.

A petroleira produziu ainda 81,4 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia no mês passado no Brasil, volume "em linha" com a produção de dezembro.

A estatal informou ainda que sua produção total de petróleo e gás natural em janeiro, no Brasil e no exterior, foi de 2,86 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) por dia, sendo 2,74 milhões de BOE/dia produzidos no Brasil e 120 mil BOE/dia no exterior.

A produção operada pela Petrobras no pré-sal foi recorde no mês passado, com 1,28 milhão de barris de petróleo por dia e com o recorde diário, no dia 4 de janeiro, com 1,34 milhão de barris de óleo. A produção de petróleo e gás natural operada também foi recorde, com 1,59 milhão de BOE/dia.

"Esses resultados se devem, principalmente, ao crescimento da produção de novos poços interligados aos FPSOs Cidade de Caraguatatuba (no campo de Lapa); Cidade de Saquarema, Cidade de Mangaratiba e Cidade de Itaguaí (localizados em Lula); e Cidade de São Paulo (em Sapinhoá); todos na Bacia de Santos", diz o comunicado divulgado pela estatal.

No exterior, a Petrobras produziu 69 mil barris de óleo/dia, 13% a mais que em dezembro, graças ao retorno à operação do campo de Agbami, na Nigéria, após parada programada em dezembro. A produção de gás natural no exterior foi de 8,6 milhões de metros cúbicos/dia, 16% abaixo de dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Usiminas vê em Ipatinga força para se reerguer**

Para sobreviver à crise atual, a Usiminas aposta cada vez mais no potencial da usina de Ipatinga, no chamado Vale do Aço de Minas Gerais. A unidade é o coração do grupo - representa a origem e, nos tempos atuais, o melhor resultado da companhia - e agora é a principal fonte de competitividade para a siderúrgica mineira. O foco é ganhar musculatura diante da retração de mais de 35% do consumo brasileiro de aço e do excesso de oferta e protecionismo mundiais.

Inaugurada em 1962 com uma parceria entre os governos brasileiro e japonês, ela hoje é a única unidade integrada da empresa. Ao contrário de Cubatão, no litoral paulista, que fechou suas áreas primárias coqueria, sinterização, altos-fornos e aciaria -, a Usina Intendente Câmara, como é chamada a fábrica de Ipatinga, segue com todo o processo primário e laminadores de tiras a quente, chapas grossas e tiras a frio. Há também áreas de galvanização eletrolítica e a quente.

A unidade de Minas tem capacidade para laminar 4,5 milhões de toneladas de aço, mas "ajustes", diz Roberto Maia, diretor de produção da usina, levariam o total a 5 milhões de toneladas. Se houvesse mercado e todas as máquinas estivessem ligadas, o chamado "Sistema Usiminas" (inclui Cubatão) poderia laminar até 9 milhões de toneladas. Ipatinga tem 6 mil funcionários diretos e mais 6 mil terceirizados. Nos bons tempos chegou a empregar mais de 15 mil pessoas.

Ipatinga serve também como sede do centro de pesquisa e desenvolvimento, que ganha cada vez mais relevância dentro da empresa. Essa área de inovação recebeu na última década investimentos de R\$ 330 milhões, incluindo capital fixo (capex) e operacionais (opex). Só nos últimos três anos, a participação de novos tipos de aço no portfólio de vendas da companhia subiu 70%, chegando a mais de 10% do faturamento. São produtos mais duráveis, resistentes e leves.

"Temos como missão desenvolver novos produtos e processos para reduzir o custo de produção. Ao mesmo tempo, queremos também aumentar o valor agregado percebido pelos clientes", explica Carlos Salaroli, gerente de pesquisa e desenvolvimento, que administra o centro com 111 funcionários. "No Brasil considero nosso centro tão avançado que nem enxergo o segundo colocado."

Entre os ganhos de rentabilidade alcançados em processos, um dos projetos recentes que Salaroli vê como mais benéfico é o de otimização da carga metálica em Ipatinga. Menores gastos com matéria-prima levaram a economias anuais de R\$ 42 milhões. No caso de produtos, uma das maiores novidades é o "DP 1200", tipo de aço voltado ao setor automotivo. É o laminado a frio mais resistente da empresa no momento e, recentemente, recebeu homologação para ser utilizado pela Fiat.

"No momento, é necessária gestão de processos e saber exatamente o que o mercado quer para não perder participação", afirma Eduardo Sarmento, gerente de atendimento ao cliente, garantia de qualidade e produto. "Conseguimos isso com

engenharia de produtos de ponta e nosso centro de pesquisa." A corrida pela eficiência se tornou ainda mais necessária em meio à queda da demanda brasileira por aço.

Analistas apontam ainda o conflito entre os sócios da Usiminas, a japonesa Nippon Steel & Sumitomo e a ítalo-argentina Ternium, que chegou à empresa em 2012, como um fator que afeta a gestão.

Em Ipatinga, a presença da Nippon Steel é notável. Além de ter sido construída junto com japoneses, no início dos anos 60, os dirigentes da usina citam a presença tanto da herança como da filosofia japonesas - do processo de produção em linha, como no país asiático, até a excelência em tecnologia e engenharia. Não só nas portarias se enxergam bandeiras do Japão, como o nome "Nippon Steel" pode ser lido em várias máquinas.

Uma das soluções para a disputa societária que foi cogitada entre os acionistas era a divisão da Usiminas em duas: Ipatinga para os japoneses e Cubatão para os argentinos. A depender da história da unidade mineira, pelo menos, o projeto faria sentido.

A situação financeira da Usiminas passou a se agravar no fim de 2014, com consecutivas quedas trimestrais do resultado operacional. O indicador foi ao seu pior patamar no quarto trimestre de 2015, com R\$ 250 milhões negativos - mesmo sem efeitos recorrentes. Em suas melhores épocas, a Usiminas teve Ebitda de quase R\$ 1,5 bilhão, pré-crise de 2008.

Mas não é só Ipatinga que recebe os louros da inovação. Cubatão lançou recentemente o "CP 800", para fabricação de autopeças. Tem resistência maior à fadiga. O produto também nasceu no centro de pesquisa. Além disso, a usina faz um aço de maior resistência para tubos usados em poços de petróleo. Após ficar no vermelho por muito tempo, o desligamento de suas áreas primárias garante que hoje Cubatão gere resultado.

Desenvolver novos aços é crucial para enfrentar a acirrada concorrência. A fatia da Usiminas nas vendas internas de aços planos das usinas, que já foi de 40%, chegou a tocar os 30% durante 2016.

A usina de Ipatinga ainda briga para enfrentar a escalada de custos e perda de margem com a ociosidade. Um dos altos-fornos da usina já está paralisado para ajudar no baixo uso de capacidade, mas os outros dois encontram-se em fim de campanha e estão em regime de manutenção constante - de 20 em 20 dias ou de 30 em 30 dias. A área primária, ao mesmo tempo, persegue um mix mais rentável, em meio à perda de qualidade do minério de ferro e da disparada de preços do carvão metalúrgico.

"Recentemente temos comprado minério com fornecedores que são competitivos, mas possuem qualidade baixa", diz Mauro Fernandes, gerente técnico de redução. Cerca de metade do minério necessária vem da Mineração Usiminas (Musa). "Também temos lutado para otimizar o mix de carvão e em novembro e dezembro chegamos a usar mais gás natural para compensar o alto preço do coque."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Município cresce, mas ainda depende de serviços ligados à usina

A cidade de Ipatinga cresceu em torno da fábrica da Usiminas e, apesar de hoje o município ser bem mais relevante, ainda depende do funcionamento e dos serviços criados pela siderúrgica.

A empresa, por exemplo, fez um projeto urbanístico para a cidade e montou a Fundação São Francisco Xavier no fim de 1969. Até hoje, a entidade controla a principal escola e o principal hospital. Mas, diferentemente do passado, quando o foco era atender os funcionários, hoje a fundação se toca sozinha e tem faturamento de R\$ 750 milhões.

"Nossa instituição foi criada para fixar o colaborador [da Usiminas] na cidade, mas hoje é um serviço independente e importante para a região", comenta Adriana Quintela, superintendente de gestão da entidade. "Grande parte da nossa excelência é desenvolvimento próprio", diz Mauro de Souza Lima, que toca o Hospital Márcio Cunha.

Ipatinga encontra-se no centro do Vale do Aço, polo siderúrgico de Minas Gerais, e além da Usiminas, também conta com a presença de outras pequenas siderúrgicas e fabricantes de produtos de aço. A cidade foi praticamente inventada pela Usiminas na década de 1960. No vale, ainda estão presentes também grandes do setor como ArcelorMittal e Aperam.

Mas com a crise do país e da Usiminas, a economia de Ipatinga encolheu. O valor adicionado da indústria, por exemplo, que engloba a atividade da Usiminas, caiu nos últimos anos em R\$ 200 milhões, para R\$ 3,66 bilhões. O PIB do município, contudo, fechou 2014 em R\$ 9,2 bilhões segundo o censo da época, 24% acima de 2010.

Com 259 mil habitantes, o município ainda depende desses serviços cujo pontapé inicial foi dado pela Usiminas. No caso dos hospitais, por exemplo, cerca de 74% dos leitos são destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, o plano de saúde montado pela empresa tem metade das adesões de pessoas que não são funcionários.

Residentes do município disseram ao Valor que ainda dependem das estruturas ligadas historicamente à usina. A prefeitura também possui vários projetos com colaboração da siderúrgica. Os trabalhadores, muitas vezes, dependem dos serviços como subsídios a medicamentos e plano de saúde.

"Mas, desde 2012, a relação da Usiminas com a cidade está se deteriorando", reclama Hélio Pinto, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região (Sindipa). "Os preços dos serviços estão maiores e os salários dos funcionários não estão acompanhando", acrescenta. "A briga dos acionistas atrapalha mais ainda, porque se muda de presidente e cada um que entra quer mostrar serviço e cortar custos. Isso cai no colo do trabalhador."

MME / ASCOM .